

# TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** 249/2026

**CONVÊNIO SEAGRI Nº:** 671/2025/PGE-SEAGRI

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI)

## 1. UNIDADE REQUISITANTE

**Município:** Rio Crespo/RO

**Unidade:** Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI)

**Titular:** Ataíde José Norberto – Secretário Municipal de Agricultura

### 1. Introdução

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à instrução do Processo Administrativo nº 249/2026, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento de bens e/ou serviços destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO (SEMAGRI).

Este documento foi elaborado com base no Estudo Técnico Preliminar constante do referido processo, em consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como em observância aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

A presente contratação está vinculada ao Convênio SEAGRI nº 671/2025/PGE-SEAGRI, firmado entre o Município de Rio Crespo/RO e o Estado de Rondônia, tendo por objetivo fortalecer as ações da política agrícola



municipal, por meio da estruturação e melhoria das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Agricultura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor produtivo local.

Dessa forma, o presente Termo de Referência visa subsidiar a adequada instrução do procedimento licitatório, definindo o objeto, as condições de execução, os requisitos técnicos, os critérios de aceitação, bem como as obrigações das partes envolvidas, assegurando a transparência, a eficiência e a correta aplicação dos recursos públicos.

## **2. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de 01 (uma) Máquina para Beneficiamento de Café completa, nova (sem uso), devidamente equipada com todos os componentes, acessórios e sistemas necessários ao seu pleno funcionamento, destinada ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Rio Crespo/RO.

A contratação tem por finalidade promover o fortalecimento da agricultura familiar, bem como a modernização e a melhoria da eficiência na etapa de pós-colheita do café, agregando valor à produção local, reduzindo perdas e elevando a qualidade do produto final.

A solução deverá contemplar, obrigatoriamente:

- O fornecimento integral do equipamento, incluindo todos os componentes, motores, acessórios e itens indispensáveis ao seu perfeito funcionamento;
- O transporte, a logística e a entrega técnica no local a ser indicado pela Administração Municipal;
- A montagem, instalação, interligação dos sistemas e realização de testes operacionais, assegurando o pleno funcionamento do equipamento;
- A realização de treinamento operacional básico, destinado aos servidores da municipalidade e/ou produtores indicados, visando à correta utilização e manutenção do equipamento.



A máquina deverá possuir capacidade mínima de processamento de 15 (quinze) sacas por hora, atendendo aos padrões de qualidade, segurança e desempenho exigidos pelas normas técnicas aplicáveis.

#### Quadro Resumo:

Item	Especificação	UND	QNT	Valor Estimado (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Máquina de Beneficiamento de Café Completa (Capacidade mín. 15 sacas/h), com motores e acessórios.	UND	01	119.667,00	119.667,00

*Foto ilustrativa do objeto e anexo.*



### 3. JUSTIFICATIVA

**3.1.** A cafeicultura constitui-se como um dos principais pilares da economia do Município de Rio Crespo/RO, sendo responsável pela geração de emprego, renda e sustento de diversas famílias da agricultura familiar. Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), no exercício de suas



atribuições, identificou a existência de significativa deficiência na infraestrutura destinada ao beneficiamento do café, especialmente no que se refere à ausência de equipamentos mecanizados adequados à etapa de pós-colheita.

**3.2.** A inexistência de estrutura própria obriga os produtores rurais a recorrerem a serviços terceirizados ou à utilização de métodos rudimentares e manuais, o que acarreta aumento de custos, perda de eficiência, depreciação da qualidade do grão e, conseqüentemente, redução do valor agregado e da competitividade do produto no mercado.

**3.3.** A presente aquisição encontra respaldo no Convênio nº 671/2025/PGE-SEAGRI, firmado com o Estado de Rondônia, cujos recursos estão devidamente vinculados à finalidade de fomento e fortalecimento da atividade agrícola, garantindo, assim, a viabilidade orçamentária e financeira da contratação.

**3.4.** A implementação de uma máquina de beneficiamento de café proporcionará ganhos significativos de produtividade, qualidade e eficiência operacional, promovendo a modernização da cadeia produtiva local e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro no município.

**3.5.** Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:

- Redução de até 80% (oitenta por cento) no tempo necessário para o beneficiamento do café, otimizando o processo produtivo;
- Melhoria na padronização e na qualidade do produto final, possibilitando a inserção em mercados mais exigentes, inclusive no segmento de cafés especiais;
- Fortalecimento da agricultura familiar, com impacto direto na inclusão produtiva de aproximadamente 100 (cem) famílias do município;
- Redução de perdas de matéria-prima e diminuição dos custos operacionais enfrentados pelos produtores rurais;
- Aumento do valor agregado da produção local, ampliando a competitividade e a geração de renda no setor.

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**



**4.1.** A presente contratação está fundamentada nas disposições da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública, observando-se, especialmente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

**4.2.** A viabilidade orçamentária da despesa encontra respaldo na Lei Municipal nº 1.307/2026, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, assegurando a existência de dotação orçamentária suficiente para a execução da presente contratação.

**4.3.** A aquisição está vinculada ao Convênio nº 671/2025/PGE-SEAGRI, firmado entre o Município de Rio Crespo/RO e o Estado de Rondônia, cujo objeto contempla ações de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, em conformidade com as diretrizes da política agrícola estadual.

**4.4.** A contratação também está em consonância com os instrumentos de planejamento governamental vigentes, notadamente o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo alinhamento com as metas e prioridades da Administração Pública Municipal.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A solução proposta consiste na aquisição de equipamento permanente, do tipo Máquina de Beneficiamento de Café completa, destinada ao atendimento das demandas da agricultura familiar de Rio Crespo/RO, em conformidade com o Convênio nº 671/2025/PGE-SEAGRI.

A contratação contempla o fornecimento de equipamento novo (sem uso), devidamente equipado com todos os componentes, motores, acessórios e sistemas necessários ao seu pleno funcionamento, formando um conjunto integrado capaz de realizar as etapas essenciais do beneficiamento do café.

O equipamento deverá possibilitar a execução eficiente das fases de pós-colheita, incluindo limpeza, descascamento, classificação e padronização dos



grãos, assegurando melhor qualidade do produto final e agregação de valor à produção local.

A solução abrange, ainda, o transporte, entrega técnica, montagem, instalação e interligação de todos os componentes no local indicado pela Administração Municipal, bem como a realização de testes operacionais que garantam o pleno funcionamento do equipamento.

Deverá também ter disponibilização de garantia mínima, assistência técnica e treinamento operacional básico aos servidores da municipalidade e/ou produtores indicados, visando à correta utilização, conservação e manutenção do equipamento.

A escolha pela aquisição do bem, em detrimento de alternativas como locação ou terceirização do serviço de beneficiamento, justifica-se pela necessidade de uso contínuo do equipamento, pela economicidade ao longo do tempo e pelo caráter permanente da política pública de apoio à agricultura familiar no município.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, eficiente e suficiente para atender à demanda identificada, contribuindo diretamente para a modernização da cadeia produtiva do café, o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade do produto e o fortalecimento da agricultura familiar no Município de Rio Crespo/RO.

## **6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**6.1.** O equipamento a ser fornecido deverá atender rigorosamente às especificações técnicas constantes no item 01 do Plano de Trabalho vinculado ao Convênio nº 671/2025/PGE-SEAGRI, bem como às normas técnicas aplicáveis, garantindo desempenho, eficiência, durabilidade e segurança operacional.

### **6.2. Capacidade de Processamento**

O equipamento deverá possuir capacidade mínima de processamento de 15



(quinze) sacas por hora, equivalente a aproximadamente 600 a 800 arrobas/hora, assegurando produtividade compatível com a demanda local.

### **6.3. Componentes do Conjunto**

A máquina deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes elementos:

- Descascador e/ou brunidor de alta eficiência, adequado ao beneficiamento de café;
- Sistema separador de palha e detritos, garantindo a limpeza do produto;
- Peneira oscilante destinada à classificação dos grãos por tamanho e qualidade;
- Elevador metálico tubular para alimentação do sistema, com funcionamento contínuo e seguro;
- Conjunto de motores elétricos compatíveis com a carga operacional, dimensionados para funcionamento em rede com transformador de até 25 kVA;
- Estrutura metálica em aço reforçado, com tratamento anticorrosivo e pintura industrial, garantindo maior durabilidade.

### **6.4. Sistema de Circulação e Alimentação**

O equipamento deverá possuir sistema de circulação composto por elevador metálico tubular, equipado com moega de entrada e bica de saída, com acionamento por redutor de velocidade, assegurando fluxo contínuo e eficiente do produto.

### **6.5. Potência e Desempenho**

Os motores elétricos deverão apresentar potência mínima compatível com a operação do conjunto, sendo exigida potência mínima de 20,0 hp para o sistema principal, além de motores auxiliares conforme a necessidade operacional do equipamento.

### **6.6. Dimensões Mínimas**

O equipamento deverá atender, no mínimo, às seguintes dimensões:



- Altura: 4.250 mm;
- Largura: 1.150 mm;
- Comprimento da base: 2.900 mm;
- Comprimento total: 3.100 mm.

### **6.7. Acessórios Inclusos**

Deverão estar inclusos, obrigatoriamente:

- Registro e bica para ensaque manual;
- Registro para saída do elevador com, no mínimo, 04 (quatro) bocas de descarga;
- Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento.

### **6.8. Documentação Técnica**

O fornecedor deverá disponibilizar, no ato da entrega:

- Manual de operação e manutenção em língua portuguesa;
- Catálogo técnico completo do equipamento;
- Orientações de segurança e boas práticas de uso.

### **6.9. Requisitos Gerais**

O equipamento deverá ser novo, sem uso, e entregue em perfeitas condições de funcionamento, atendendo às normas de segurança, qualidade e desempenho exigidas pela legislação vigente e pelos órgãos reguladores competentes.

## **7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DO PRODUTO**

**7.1.** O prazo de vigência do contrato terá início a partir da data de sua assinatura, estendendo-se até o cumprimento integral das obrigações contratuais, compreendendo a entrega, instalação, recebimento definitivo do equipamento e o período de garantia, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa devidamente fundamentada pela Administração.

**7.2.** O prazo para entrega do equipamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela





Administração Municipal, podendo ser prorrogado, excepcionalmente, mediante justificativa formal aceita pela Contratante.

**7.3.** Considerando a destinação do equipamento à agricultura familiar, a Administração Municipal realizará procedimento de Chamamento Público para seleção de associação ou entidade representativa de produtores rurais que será beneficiária da cessão/uso do equipamento, observados os critérios estabelecidos em instrumento próprio.

**7.4.** Inicialmente, o equipamento deverá ser entregue em local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), para fins de recebimento provisório, conferência técnica, verificação de conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência e demais procedimentos administrativos.

**7.5.** Após a conclusão do Chamamento Público e definição da entidade beneficiária, a Contratada deverá proceder, às suas expensas, ao transporte complementar, montagem final, instalação e testes operacionais do equipamento no local definitivo, indicado pela associação ou entidade selecionada, garantindo seu pleno funcionamento, neste âmbito a secretaria de agricultura fica à disposição para suporte na entrega final caso necessite de máquinas que a secretaria tiver disponibilidade.

**7.6.** O equipamento deverá ser fornecido em estrita conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de bens usados, recondicionados ou em desacordo com os padrões de qualidade exigidos.

**7.7.** Caso o equipamento entregue apresente vícios, defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações exigidas, a Contratada deverá promover sua substituição ou adequação, às suas expensas, no prazo máximo estabelecido pela Administração, assegurando a entrega de equipamento em perfeitas condições de uso.



**7.8.** O equipamento deverá ser entregue acompanhado de todos os acessórios, manuais em língua portuguesa, documentação técnica e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

**7.9.** O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório, no ato da entrega inicial, para verificação quantitativa e conferência preliminar do equipamento;

II – Recebimento definitivo, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a instalação final no local de destino, mediante verificação da conformidade do equipamento com as especificações técnicas e funcionamento adequado.

**7.10.** O descumprimento dos prazos ou das condições estabelecidas neste instrumento sujeitará a Contratada à aplicação das sanções previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021, bem como naquelas definidas neste Termo de Referência.

## **8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **8.1. DA CONTRATANTE**

**8.1.1.** Observar e fazer cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto deste Termo de Referência, em especial a Lei nº 14.133/2021.

**8.1.2.** Promover a formalização do contrato ou instrumento equivalente, em conformidade com a legislação vigente.

**8.1.3.** Assegurar a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros necessários à execução da contratação.

**8.1.4.** Realizar procedimento de Chamamento Público para seleção da associação ou entidade representativa de produtores rurais que será beneficiária do equipamento, observando os princípios da legalidade, isonomia e transparência.



**8.1.5.** Receber o equipamento fornecido, realizando conferência quantitativa e qualitativa, bem como verificando sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.1.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, o equipamento entregue em desacordo com as especificações técnicas, condições contratuais ou que apresente vícios, defeitos ou irregularidades.

**8.1.7.** Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, defeitos ou desconformidades identificadas durante a execução contratual.

**8.1.8.** Notificar a Contratada, por escrito, acerca de eventuais imperfeições detectadas, fixando prazo para a devida correção.

**8.1.9.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato por meio de servidor designado como Fiscal do Contrato, responsável pelo registro de ocorrências, comunicações e demais atos pertinentes.

**8.1.10.** Indicar o local provisório para entrega inicial do equipamento, bem como o local definitivo após a conclusão do Chamamento Público, onde deverá ocorrer a instalação final.

**8.1.11.** Proporcionar as condições necessárias para a adequada execução do objeto, inclusive quanto ao acesso aos locais de entrega e instalação.

**8.1.12.** Prestar à Contratada as informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento do objeto contratual.

**8.1.13.** Receber definitivamente o equipamento após verificação de sua conformidade e pleno funcionamento no local de instalação.

**8.1.14.** Efetuar o pagamento devido à Contratada, conforme condições estabelecidas no contrato, após a devida liquidação da despesa.

## **8.2. DA CONTRATADA**



**8.2.1.** Executar o objeto contratual em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, assumindo integral responsabilidade pelo fornecimento do equipamento.

**8.2.2.** Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do contrato, incluindo transporte, carga e descarga, montagem, instalação, testes operacionais e quaisquer outros custos necessários, sem ônus adicional à Contratante.

**8.2.3.** Fornecer equipamento novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, atendendo integralmente às especificações técnicas, normas de qualidade, segurança e desempenho exigidas.

**8.2.4.** Responsabilizar-se pelo transporte e entrega inicial do equipamento no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura, bem como pela posterior transferência, montagem final, instalação e testes operacionais no local definitivo indicado pela associação ou entidade selecionada por meio de Chamamento Público.

**8.2.5.** Realizar a montagem, instalação, interligação e testes de funcionamento do equipamento, garantindo sua plena operacionalidade no local de destino.

**8.2.6.** Ministrando treinamento operacional básico aos servidores da municipalidade e/ou produtores indicados, visando à correta utilização e conservação do equipamento.

**8.2.7.** Responsabilizar-se pela garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças defeituosas, sem ônus para a Contratante.

**8.2.8.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer equipamento que apresente defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações técnicas.



**8.2.9.** Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, inclusive por atos de seus empregados, prepostos ou subcontratados.

**8.2.10.** Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável, incluindo normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e demais exigências pertinentes ao objeto contratado.

**8.2.11.** Manter seus empregados devidamente identificados durante a execução dos serviços, devendo substituí-los quando solicitado pela Contratante, em caso de conduta inadequada.

**8.2.12.** Acatar as orientações da fiscalização do contrato, prestando todos os esclarecimentos solicitados e adotando as medidas corretivas necessárias.

**8.2.13.** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

**8.2.14.** Não transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto contratual sem prévia e expressa autorização da Contratante.

**8.2.15.** Fornecer, no ato da entrega, todos os manuais, catálogos técnicos, certificados e demais documentos necessários à correta operação e manutenção do equipamento, em língua portuguesa.

**8.2.16.** Comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, mediante apresentação ou consulta aos seguintes documentos:

- Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**



**9.1.** A execução do contrato será acompanhada, supervisionada, fiscalizada e atestada por servidor formalmente designado pela CONTRATANTE como Fiscal do Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, ao qual competirá verificar o cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.2.** O Fiscal do Contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive quanto à entrega, montagem, instalação e funcionamento do equipamento, tanto no local provisório quanto no local definitivo.

**9.3.** Compete ao Fiscal do Contrato acompanhar todas as etapas da execução, incluindo a entrega inicial, a transferência, a instalação final na entidade beneficiária selecionada por meio de Chamamento Público, bem como a realização de testes operacionais.

**9.4.** O Fiscal do Contrato poderá determinar a adoção de medidas necessárias à regularização de falhas, defeitos ou desconformidades identificadas, inclusive solicitando a substituição de equipamentos ou a correção de serviços executados em desacordo com as especificações técnicas.

**9.5.** A CONTRATADA deverá atender prontamente às exigências da fiscalização, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, sempre que relacionadas ao objeto contratual.

**9.6.** A ausência de manifestação da CONTRATANTE quanto a eventuais irregularidades não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades quanto à perfeita execução do objeto.

**9.7.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser encaminhadas à autoridade competente, em tempo hábil, para adoção das medidas administrativas cabíveis.

**9.8.** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela qualidade, entrega, instalação, funcionamento e garantia do equipamento fornecido.



**9.9.** O acompanhamento da execução contratual observará os princípios da eficiência, economicidade, transparência, interesse público e demais disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

### **10.1. Modalidade de Licitação:**

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza comum do objeto.

### **10.2. Critério de Julgamento:**

O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, observadas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **10.3. Regime de Execução**

**10.3.** O regime de execução será o de fornecimento em duas etapas, em razão da necessidade de realização de Chamamento Público para definição do local definitivo de instalação, compreendendo:

**I – Primeira etapa:** entrega inicial do equipamento em local provisório indicado pela Administração, incluindo transporte, carga e descarga e conferência preliminar;

**II – Segunda etapa:** após a conclusão do Chamamento Público, realização do transporte complementar até o local definitivo, bem como montagem, instalação e execução dos testes operacionais, assegurando o pleno funcionamento do equipamento.

**10.3.1.** Todas as etapas deverão ser executadas pela CONTRATADA sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), prevista no orçamento vigente do Município de Rio Crespo/RO, conforme classificação abaixo:

**20.608.0002.2026.0000 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA –**

**Convênio**

**nº**

**671/2025/PGE-SEAGRI**

**4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente**

**11.2.** Os recursos financeiros são oriundos do Convênio nº 671/2025/PGE-SEAGRI, firmado com o Estado de Rondônia, devidamente vinculados à finalidade de fortalecimento da agricultura familiar.

**12. DO PAGAMENTO**

**12.1.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à quantidade, qualidade ou conformidade do equipamento fornecido, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, notificando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

**12.2.** O prazo para solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução contratual ou de saneamento de irregularidades na documentação fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

**12.3.** Recebida a Nota Fiscal, iniciar-se-á o prazo de até 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, prorrogáveis por igual período, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**12.4.** O prazo mencionado poderá ser reduzido, mantida a possibilidade de prorrogação, conforme a legislação aplicável, especialmente nos casos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**12.5.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal contém os elementos essenciais, tais como:





- a) data de emissão;
- b) identificação do contrato e da CONTRATANTE;
- c) descrição detalhada do equipamento fornecido;
- d) indicação das etapas cumpridas (entrega, montagem, instalação);
- e) valor total a pagar;
- f) eventuais retenções tributárias aplicáveis.

**12.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas corretivas, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

**12.7.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**12.8.** A Administração realizará as consultas necessárias para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
- b) identificar eventual impedimento da CONTRATADA para contratar com o Poder Público.

**12.9.** Constatada situação de irregularidade, a CONTRATADA será notificada para regularização no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.

**12.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração adotará as medidas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos de controle e aplicação das sanções previstas.

**12.11.** O pagamento será efetuado em parcela única, após o cumprimento integral do objeto, compreendendo:

- entrega inicial do equipamento;
- transferência, montagem e instalação no local definitivo (associação selecionada por Chamamento Público);
- realização de testes operacionais;



- treinamento, quando previsto;
- recebimento definitivo, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato.

**12.12.** O pagamento ficará condicionado ao pleno atendimento de todas as exigências contratuais e legais, bem como à comprovação do perfeito funcionamento do equipamento.

### **13. PRAZO DO PAGAMENTO**

**13.1.** O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do equipamento, devidamente conferido, instalado no local definitivo (associação selecionada por meio de Chamamento Público), testado e atestado pelo Fiscal do Contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal pela CONTRATADA.

**13.2.** O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e da conclusão da liquidação da despesa.

**13.3.** O prazo previsto poderá ser suspenso na hipótese de constatação de irregularidades na documentação fiscal ou na execução do objeto, sendo retomada sua contagem após a devida regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

**13.4.** Em caso de atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, poderão ser aplicados os encargos legais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

**13.5.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, transferência eletrônica ou outro meio legalmente admitido, em conta de titularidade da CONTRATADA.

### **14. DO REAJUSTE**

**14.1.** Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência contratual, considerando que o objeto será executado em parcela única.



**14.2.** Não haverá reajuste de preços, salvo nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente em casos de prorrogação contratual devidamente justificada ou necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**14.3.** Eventual reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formalmente solicitado pela CONTRATADA, mediante apresentação de documentação comprobatória e demonstração analítica da variação dos custos, estando sujeito à análise e aprovação da Administração, com formalização por meio de termo aditivo.

**14.4.** É vedada a concessão de reajuste ou recomposição de forma retroativa, bem como qualquer alteração de valores sem a devida formalização contratual.

## **15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
- b) causar prejuízo à Administração ou ao interesse público;
- c) atrasar injustificadamente a execução ou a entrega do objeto;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração inverídica;
- e) fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) praticar atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013.

**15.2.** Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme a gravidade da infração, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**15.3.** As sanções serão aplicadas observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal.



**15.4.** Será assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa, com prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de manifestação.

**15.5.** As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas de valores devidos à CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

## **16. CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**16.1.** A entrega inicial do equipamento deverá ocorrer em local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI), conforme Ordem de Fornecimento.

**16.2.** Após a realização do Chamamento Público, a CONTRATADA deverá proceder ao transporte complementar, montagem, instalação e realização de testes operacionais no local definitivo, correspondente à associação selecionada.

**16.3.** O equipamento deverá ser entregue novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhado de todos os acessórios, manuais em língua portuguesa e demais itens necessários ao seu pleno funcionamento.

**16.4.** Todos os custos relativos ao transporte, carga, descarga, montagem, instalação e testes serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

**16.5.** A CONTRATADA responderá pela integridade do equipamento até o recebimento definitivo, sendo responsável por quaisquer danos, avarias ou perdas.

**16.6.** Equipamentos que apresentarem defeitos, vícios ou desconformidade com as especificações deverão ser substituídos, sem ônus para a CONTRATANTE.

**16.7.** A entrega será considerada concluída somente após o recebimento definitivo do equipamento pela Administração.

## **17. DOS CASOS OMISSOS**



**17.1.** Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas.

**17.2.** Situações não previstas serão submetidas à autoridade competente, podendo contar com manifestação da Assessoria Jurídica e do Controle Interno.

## **18. DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** O processo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**18.2.** Poderão ser realizadas publicações complementares em outros meios oficiais, conforme a legislação aplicável.

## **19. DO FORO**

**19.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Ariquemes/RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste instrumento.

## **20. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**20.1.** A presente contratação tem por finalidade a aquisição de máquina de beneficiamento de café, visando ao fortalecimento da agricultura familiar no Município de Rio Crespo/RO.

**20.2.** O equipamento contribuirá para a melhoria da qualidade da produção, aumento da produtividade e geração de renda aos produtores rurais.

**20.3.** O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, constituindo instrumento essencial ao planejamento e à realização do processo licitatório.

**20.4.** Todas as condições estabelecidas neste documento deverão ser rigorosamente observadas pela CONTRATADA, assegurando a fiel execução do objeto contratado.



**Rio Crespo/RO, 21 de Abril de 2026.**

**Elaborado por:**

QUENILSI LUIZ SANTOS

*Superintendente de agricultura*

**Revisado e Autorizado por:**

ATAIDE JOSÉ NORBERTO

*Secretário Municipal de Agricultura*







# Município de Rio Crespo

63.761.977/0001-41  
Av. Joaquim Pedro Sobrinho  
www.riocrespo.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>01</b>	<b>21/04/2026</b>

ID: <b>160288</b>	Processo	Documento
CRC: <b>F50B1F82</b>		
Processo: <b>3-249/2026</b>		
Usuário: <b>QUENILSI LUIZ SANTOS</b>		
Criação: <b>21/04/2026 13:42:48</b>	Finalização: <b>21/04/2026 13:44:20</b>	

MD5:	<b>8FFE7F8D60DAAB33D2B505F71F6A37F7</b>
SHA256:	<b>5A7B321E968E13DBBA5506CE42027A6CCAE70CC83AB2F878B589CB3983F3092E</b>

Súmula/Objeto:

**TERMO DE REFERENCIA**

### INTERESSADOS

ATAIDE JOSE NORBERTO	21/04/2026 13:42:48
----------------------	---------------------


### ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MARQUIA PARA BENEFICIAMENTO CAFÉ	21/04/2026 13:42:48
---	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 ATAIDE JOSE NORBERTO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	21/04/2026 14:12:41
---	-------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

 QUENILSI LUIZ SANTOS	SUPERINTENDENTE DE AGRICULTURA	21/04/2026 14:58:58
---	--------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Lei Municipal nº 941/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.riocrespo.ro.gov.br](http://transparencia.riocrespo.ro.gov.br) informando o ID 160288 e o CRC F50B1F82.